

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Hora de sentir o clima

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vai aproveitar a semana que vem para discutir com líderes partidários o que fazer com a medida provisória que onera a folha de pagamentos de 17 setores. A ideia é ver se é possível devolver a MP ao Poder Executivo. Afinal, o Congresso derrubou o veto e não dá para o Poder Executivo resolver a relação entre os dois Poderes trocando a derrubada do veto por uma MP.

## O mau humor impera

Nos bastidores, os líderes estão indóceis. O veto ao cronograma das emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi recebido como uma tentativa do governo de liberar, antes da eleição, apenas as solicitações daqueles que são seus maiores aliados.

## Difícil segurar

A oposição vai pressionar Pacheco para pautar em fevereiro uma sessão de análise de vetos presidenciais. Não quer ficar dependente do cronograma de liberação do governo neste ano eleitoral.

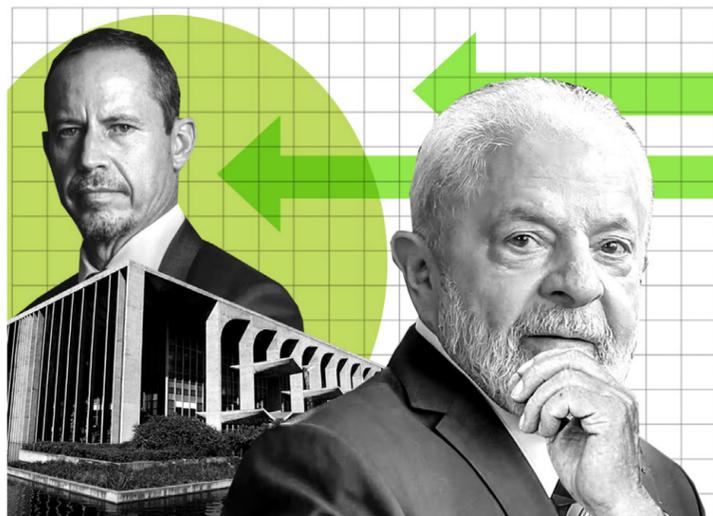
## Novos tempos

Os parlamentares acreditam que mesmo nesta temporada de organização dos palanques estaduais, será possível manter o Congresso funcionando normalmente no ano eleitoral. As votações remotas, que ganharam espaço na pandemia, viraram "o novo normal" na Casa.

# A esperança de Cappelli e a de Lula

Em avaliações mais reservadas, a cúpula do PSB considera que o Ministério da Justiça e da Segurança Pública não está perdido. É que na lista de nomes, há mais potenciais ministros para a Justiça e do que para a Segurança Pública, área à qual o titular em exercício, Ricardo Cappelli, tem se mostrado o mais afeito. Nesse caso, se o perfil for para deixar a segurança pública em evidência, ele ganha fôlego.

Ocorre que, conforme avaliação de muitos no Palácio do Planalto, Lula não teria tanto interesse assim em deixar a área de segurança em evidência máxima em ano eleitoral. Esse tema representa uma faca de dois gumes. O presidente prefere um perfil como o de Ricardo Lewandowski, um ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, do que alguém que deixe o governo exposto numa seara tão desafiadora.



## CURTIDAS

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



**Expectativa x realidade/** Nos folhetos distribuídos pela campanha de Lula na Universidade de Brasília (UnB), em 2022, a revogação da R=reforma trabalhista constava na primeira promessa. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho (foto), bem que tentou, mas não deu. Agora, parte do Congresso deseja ampliar a reforma. Será mais um embate para 2024.

**Me dê mais uns dias/** Ricardo Cappelli está ávido por ficar mais uns dias no cargo de ministro para poder dar visibilidade ao seu trabalho no comando da pasta da Justiça e, assim, tentar se consolidar.

**Outro momento.../** Em janeiro de 2023, Lula conseguiu reunir todos os governadores, na segunda-feira depois do quebra-quebra do domingo, 8 de janeiro (Ibaneis Rocha não foi porque estava afastado do cargo pelo STF). Agora, nem todos irão. E a lista não deve se restringir a Ibaneis Rocha, que está de férias.

**...da política/** Muitos consideram importantíssimo defender a democracia, mas não querem saber de colocar mais combustível no carro de Lula.

**Mudou o número, mas.../** Explosão num cemitério do Irã, ameaças de bombas nos Estados Unidos. É o terrorismo dando as caras logo na primeira semana do ano. O mundo continua um lugar perigoso e com muitos insanos à solta em 2024.

## PODER

# Na pauta, a MP da reoneração

Pacheco vai se reunir com líderes partidários, na próxima semana, para debater a medida provisória que afeta 17 setores da economia

» ANDREA MALCHER

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer reunir os líderes partidários, na próxima semana, para debater a medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamento de 17 setores da economia. A ideia é que o encontro ocorra na terça-feira, um dia após a solenidade que marca um ano dos atos golpistas de 8 de janeiro.

A MP não é bem aceita entre os deputados e senadores, que derrubaram, no fim de 2023, o veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à proposta que prorroga até 2027 a desoneração da folha.

Na sexta, Pacheco afirmou, no X (antigo Twitter), que a alternativa apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na medida provisória, "causa estranheza". Ele disse que vai decidir o futuro da MP a partir de uma análise do teor do texto e de sua constitucionalidade pela consultoria legislativa do Senado.

"Farei uma análise apurada do teor da medida provisória com o assessoramento da consultoria legislativa do Senado Federal. Para além da estranheza sobre a desconstituição da decisão recente do Congresso Nacional sobre o tema, há a necessidade da análise técnica sobre os aspectos de constitucionalidade da MP", ressaltou.

Na ocasião, Pacheco ponderou que há um "contexto de reação política" à edição da MP a ser considerado, "de modo que também será importante reunir os líderes das duas Casas para ouvi-los, o que pretendo fazer nos primeiros dias de janeiro".

A reação, como o presidente do Senado observou, foi bastante negativa, e o autor do projeto de lei (PL) e líder do União Brasil na Casa, Efraim Filho (PB), destacou

que a medida do Planalto era "muito ruim". O parlamentar defendeu que a questão seja debatida entre os congressistas.

Pacheco foi pressionado, inclusive, a devolver a MP assim que fosse publicada no *Diário Oficial da União (DOU)*, porém a proposta da reoneração está prevista para entrar em vigor em abril, o que acabou enfraquecendo a ofensiva dos parlamentares e levando o embate político para o momento da tramitação do texto.

Pelo rito, medidas provisórias devem ser analisadas por uma comissão mista, antes de serem apreciadas pelos plenários da Câmara e do Senado, e o recesso parlamentar chega ao fim em 1º de fevereiro.

A desoneração da folha de pagamento permite que as empresas de 17 setores da economia paguem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, no lugar dos 20% sobre a folha de salários. A alternativa apresentada pelo governo, por sua vez, além de aumentar a tributação dos setores, prevê a limitação de compensação de créditos tributários obtidos pelas empresas e aumenta impostos por meio da redução gradativa do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

A MP também determina uma "desoneração parcial" para o primeiro salário mínimo, e a remuneração que ultrapassar essa faixa terá a tributação de 20% ao INSS, a contribuição patronal. Foram criados dois grupos de atividades econômicas com uma tributação própria sobre a folha de pagamento, abrangendo 42 segmentos econômicos, 17 em um segmento e 25, em outro. O governo propôs, como contrapartida, que as empresas terão de manter a quantidade igual ou superior de funcionários àquela verificada em 1º de janeiro de cada ano.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O objetivo de Pacheco é ouvir a opinião dos parlamentares mais influentes sobre a medida provisória

## Confederações prometem reagir ao texto

Os setores que foram excluídos da MP se queixaram da iniciativa. Para o setor de proteína animal, não há "nenhuma justificativa" para que o segmento não tenha sido contemplado.

"O setor de proteína animal ficou de fora da MP, não está nas atividades contempladas, sem nenhuma justificativa. Isso vai acarretar aumento do custo de frango, ovos e porco para o consumidor", diz Ricardo Santin, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Para Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), a MP tem o objetivo de "dividir para reinar".

"Ficou todo mundo com quase nada e outros com nada. Não tem lógica eliminar uma atividade como call center, que é o mais intensivo em mão de obra de todos os setores que eram atendidos pelo programa e cuja maioria dos trabalhadores é formada por

mulheres e jovens que ganham um salário mínimo", afirma.

Hoje, confederações empresariais como CNI, CNA e CNC (da Indústria, da Agricultura e do Comércio, respectivamente) deverão entrar na campanha contra a medida provisória.

Representantes dos setores afetados pela revogação da desoneração da folha de salários enviaram, na sexta-feira passada, ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ofício no qual apontam

inconstitucionalidade da MP.

Eles pedem que Pacheco devolva a medida provisória ao Executivo. As associações empresariais alegam que a MP está sendo usada como "uma forma de segundo veto não previsto na Constituição Federal".

A Pacheco, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, justificou a MP dizendo que a desoneração tem custo estimado de R\$ 12 bilhões, valor que não estava contemplado no Orçamento.

## Saiba mais

### Caminho do diálogo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já indicou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em conversa reservada, que a medida provisória da reoneração da folha de salários vai ter muitas dificuldades de avançar no Congresso, mesmo que não seja devolvida à Presidência da República. Governistas tentam reverter o quadro e abrir um caminho de diálogo dos parlamentares com o governo até fevereiro, quando o Legislativo volta do recesso. Líderes da Câmara disseram que não houve ainda uma reunião para tratar dos temas, mas avaliam que a MP é "assunto óbvio". Um deles afirmou, na condição de anonimato, que o Congresso deve, inclusive, trabalhar para não receber o texto da medida provisória.